

## VII REUNIÃO DA CIJC (Mérida, Iucatão, 2009)

### Informe de la Secretaria Permanente

Boa tarde, senhoras e senhores, Governador de Iucatão, Presidente da Corte Suprema do México, Presidentes de Tribunais Superiores, membros da mesa presidencial, Presidentes de Tribunais e Câmaras Constitucionais e dos Tribunais Supremos das Repúblicas Ibero-Americanas e todos os presentes neste simpósio.

Tal como a Presidente do Tribunal Constitucional espanhol, Sra. María Emilia Casas Baamonde, gostaria de dizer que estou aqui como representante da Secretaria Permanente. Esta função foi desempenhada pelo magistrado do Tribunal Constitucional espanhol, Sr. Pablo Pérez Tremps, que não pôde assistir a este evento, mas tem desenvolvido, e pretende continuar desenvolvendo no futuro, a sua atividade com o mesmo empenho e entusiasmo de sempre, justamente tornando esta VII Conferência de Justiça Constitucional uma realidade para todos nós. Portanto, em cumprimento a esta delegação, devo dar conta das atividades que a Conferência realizou, desde a última reunião até hoje.

Procurarei destacar os diferentes aspectos que têm caracterizado a sua atividade desde a última reunião da Conferência. Como uma primeira seção sobre os aspectos institucionais, devo dizer que, desde a reunião anterior da Conferência, foram mantidas e ampliadas as relações e a colaboração com outras instituições. Nesse sentido, devo destacar que as atividades de relacionamento e cooperação mais importantes têm sido as seguintes:

1. Em primeiro lugar, seguimos a linha de colaboração com o programa Eurosocial Justiça da União Europeia, executado pela Fundação Internacional para a Ibero-América de Administração e Políticas Públicas (FILAPP). Prova disso foi a organização em junho do ano passado de um seminário em Buenos Aires, Argentina, assim como a constituição da Rede Ibero-americana de Referendários e Assessores Constitucionais; darei conta dessas questões em outra seção deste mesmo relatório. A Conferência também tem participado em diversos encontros ou seminários da rede Eurosocial Justiça e, especificamente, tem estado presente nas seguintes atividades:

- “Segundo workshop de reflexão das Redes Ibero-americanas do Setor da Justiça”, realizado em El Escorial, Madrid, nos dias 29 e 30 de maio de 2008.
- “Terceiro Encontro Internacional de Redes Eurosocial”, realizado na Cidade do México, de 23 a 25 de junho de 2008.
- “Workshop Justiça e Cidadania, como uma comunicação em justiça gera coesão social”, realizado em Cartagena das Índias, Colômbia, de 25 a 27 de março de 2009.

2. Em segundo lugar, foi mantida a colaboração com a Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (AECID), resultando na organização de dois seminários programados no âmbito das atividades dos centros de formação ibero-americanos. Especificamente, os seminários foram realizados nos centros de formação de Antígua, Guatemala, em dezembro de 2007, e Cartagena de Índias, Colômbia, em dezembro de 2008. Da mesma forma, é necessário destacar o apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento na publicação das atas da VI Conferência de Cartagena das Índias, distribuída juntamente com as informações desta VII Conferência.

3. Em terceiro lugar, a Conferência de Tribunais Constitucionais Europeus. Em colaboração com esta instituição, na reunião de Cartagena das Índias foi acordado convidar nas sessões plenárias com o estatuto de observador da Conferência o Presidente da Conferência Europeia de Tribunais Constitucionais. Em reciprocidade, a Conferência Europeia de Tribunais Constitucionais por sua vez estendeu o convite à nossa Conferência para participar com o mesmo caráter no seu XIV Congresso, realizado em junho de 2008 em Vilnius, Lituânia, com a participação da Suprema Corte de Justiça do México como Secretaria Pro Tempore.

4. Em quarto lugar, as relações com a Comissão Europeia para a Democracia através do Direito ou “Comissão de Veneza”, iniciadas na reunião anterior em Cartagena das Índias, têm se intensificado em vários aspectos. Primeiramente, devemos destacar a assinatura, em 4 de junho de 2008, do acordo de cooperação entre a Comissão de Veneza e a Conferência Ibero-americana de Justiça Constitucional, o qual havia sido expressamente autorizado pelo plenário desta Conferência em sua anterior reunião, com o objetivo de estabelecer um intercâmbio de informações entre os Tribunais, Cortes, Câmaras Constitucionais e membros da Conferência com a Comissão de Veneza no domínio principalmente jurisprudencial. A assinatura do acordo teve lugar, como já disse, em Vilnius, Lituânia, por ocasião da reunião da Conferência Europeia dos Tribunais Constitucionais. O acordo de cooperação foi publicado em anexo no livro de atas da VI Conferência. Em segundo lugar, a nossa Conferência esteve presente em algumas das reuniões, colóquios e congressos organizados pela Comissão de Veneza. Embora os detalhes da participação sejam apresentados posteriormente no relatório da Secretaria Pro Tempore, gostaria de registrar a presença da Conferência nos seguintes eventos:

- Sessão plenária da Comissão Europeia para a Democracia através do Direito, Comissão de Veneza, em Veneza, Itália, nos dias 17 e 18 de outubro de 2008.
- Colóquio Internacional "Interpretação constitucional na Justiça constitucional" em Argel em 30 e 31 de outubro de 2008.

- Conferência Mundial sobre Justiça Constitucional, na Cidade do Cabo, África do Sul, de 22 a 24 de janeiro de 2009.

5. Em quinto lugar, devo também destacar neste relato de atividades da Conferência outras reuniões e encontros de indubitável relevância para a vida da Conferência. Com efeito, a Conferência, por meio da Secretaria Permanente, tem realizado reuniões de trabalho destinadas a estabelecer mecanismos de relacionamento e cooperação com a Corte Centro-Americana de Justiça e a Corte Andina de Justiça.

6. Por último, devo assinalar que, por ocasião das comemorações do 20º aniversário do Tribunal Constitucional da Coreia, foi realizado um simpósio internacional em Seul de 1 a 4 de setembro de 2008, no qual a Conferência Ibero-americana de Justiça Constitucional esteve representada pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil.

Desde a reunião anterior, a Conferência tem realizado várias atividades em colaboração com outras instituições, nas quais participaram magistrados, referendários e assessores dos diferentes Tribunais, Cortes e Câmaras Constitucionais membros da Conferência. As atividades, ordenadas de acordo com a instituição colaboradora e com a síntese adequada, foram as seguintes:

- Em primeiro lugar, o seminário "Justiça Constitucional e os Meios de Comunicação", com a Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (AECID), de 3 a 5 de dezembro de 2007. A Conferência, em colaboração com a AECID, organizou este seminário que foi realizado em Antigua, Guatemala. O seminário, em formato de workshop, teve como objetivo analisar e refletir sobre o alcance e o significado da liberdade de expressão e informação em relação aos processos judiciais. Em particular, tratou do problema dos chamados julgamentos paralelos pelos meios de comunicação, da dimensão também constitucional do princípio da publicidade dos processos, bem como do conteúdo e dos limites constitucionais das liberdades de expressão e informação segundo a jurisprudência comparada.

- Em segundo lugar, a Conferência, junto com a Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (AECID), organizou o seminário "Princípio da igualdade" de 9 a 12 de dezembro de 2008, em Cartagena das Índias, Colômbia. Neste seminário foi abordado o assunto do princípio constitucional da igualdade a partir de suas diferentes perspectivas. Especificamente, foram analisados os limites impostos pelo princípio da igualdade ao legislador, o problema da igualdade na aplicação judicial do Direito (concretamente da lei), questões atuais como a discriminação positiva e a violência de gênero, bem como o tratamento das minorias, com referência especial à jurisprudência constitucional em questões indígenas.

- Terceiro, o seminário "As garantias constitucionais dos grupos vulneráveis ou desfavorecidos e pessoas privadas de liberdade", no âmbito da colaboração com o programa Eurosocial Justiça, foi agendado de 17 a 19 de abril de 2008, em Buenos Aires, Argentina. O seminário, organizado em coordenação com o Supremo Tribunal da Nação Argentina, teve como eixos temáticos as questões relacionadas com os requisitos constitucionais do internamento de incapacitados e menores, os limites constitucionais da prisão provisória ou preventiva, os direitos fundamentais dos reclusos e condenados e a reinserção social dos presidiários.

- Em quarto lugar, a constituição da Rede Ibero-americana de Referendários e Assessores Constitucionais, em relação ao Eurosocial, ocorreu em um seminário organizado em Buenos Aires, Argentina, em junho passado. Esta Rede Ibero-americana de Referendários e Assessores Constitucionais foi uma novidade indiscutível, esta Conferência teve conhecimento oportuno do processo de gestação, desde os seus primeiros momentos, nas diferentes reuniões, nas quais apoiou a sua criação por considerar um instrumento adequado para favorecer a comunicação e a cooperação entre referendários e consultores, sem prejuízo da liberdade de cada Supremo Tribunal, Tribunal ou Sala Constitucional para decidir o que é conveniente no seu respectivo âmbito territorial. Uma vez constituída formalmente a Rede, a documentação que acompanha como anexo o presente relatório é colocada à disposição da Conferência: os Estatutos da Rede e a sua ata constitutiva, que inclui os membros do Conselho de Direção e as diversas ligações nacionais. Por último, importa referir que, de acordo com a informação prestada pela diretiva da Rede através do seu Secretário-Geral, Miguel Ángel Montañés, o início das suas atividades ordinárias foi adiado até que esta Conferência tivesse conhecimento prévio e formal da constituição da Rede Ibero-América de Referendários e Assessores Constitucionais.

No que diz respeito às publicações, a Conferência procedeu à publicação das atas correspondentes à VI Reunião da Conferência realizada em Cartagena das Índias. Como em ocasiões anteriores, a publicação do livro contou com a colaboração da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, que financiou a edição, e com a inestimável ajuda do Tribunal Constitucional da Colômbia. A Secretaria Permanente, junto com a Secretaria Pro Tempore, tomará as providências necessárias para a publicação das atas desta reunião desta conferência em Mérida, Yucatán, México.

Como próximas atividades, em 2009 está prevista a organização de uma nova atividade com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, continuando assim com a colaboração que a Conferência vem mantendo há anos. A Secretaria Permanente propôs a organização de um seminário sobre garantias constitucionais e limites do poder sancionatório do Estado, que será realizado em alguns centros de formação de Ibero-americana.

Especificamente, poderia ser realizado no próximo mês de outubro no centro de Cartagena das Índias, com formato semelhante ao de outros seminários anteriores.

Em relação ao programa de Eurosocial Justiça, está em preparação o IV Encontro Internacional de Redes, que se realizará em Salvador da Bahia, Brasil, de 23 a 25 de junho de 2009. Para tal efeito, o gabinete de coordenação de Eurosocial se dirigiu à Secretaria Permanente desta Conferência para solicitar informações e dados sobre as atividades realizadas até o momento, a fim de preparar um boletim de resultados, e sobre a criação da Rede Ibero-americana de Referendários e Assessores Constitucionais. A Secretaria Permanente procederá ao fornecimento das informações e, em coordenação com a próxima Secretaria Pro Tempore, será acordada a participação da Conferência na atividade mencionada, conforme o caso.

Por último, caso seja aprovada a continuação do projeto de Eurosocial Justiça, a Conferência poderia manter relações de cooperação semelhantes como até agora. Quando for o caso, a Secretaria Permanente, juntamente com a respectiva Secretaria Pro Tempore, apresentará as futuras linhas de ação da Conferência Ibero-Americana de Justiça Constitucional no âmbito do novo projeto que venha a ser aprovado.

Estas são, em linhas resumidas, as notas características da atividade desenvolvida pela Conferência desde sua última reunião.

Muito obrigado pela atenção.

Pascual Sala Sánchez